

Título do capítulo	INTRODUÇÃO – AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: INSTITUCIONALIDADE, CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS
Autores(as)	César Nunes de Castro
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-074-5/introducao

Título do livro	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: INSTITUCIONALIDADE, CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS
Coordenador(as)	César Nunes de Castro
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-074-5
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-074-5

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: INSTITUCIONALIDADE, CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

César Nunes de Castro¹

1 INTRODUÇÃO

Sociedade e economia constituem duas facetas da experiência humana cotidiana estreitamente vinculadas. Em tempos de realçado dinamismo socioeconômico, com variáveis diversas interconectadas promovendo rápidas mudanças tecnológicas, culturais, ambientais, econômicas, sociais etc., impactantes no modo de vida e de sustento tanto individual quanto coletivo, tal realidade transformadora é sentida não apenas no meio urbano, mas também no meio rural.

No meio rural, as transformações ocorridas ao longo do século XX, as quais continuam a ocorrer nas primeiras décadas do século XXI, são variadas e intensas. O avanço tecnológico ocorrido no âmbito da produção agropecuária ao longo do período relatado foi, ousa-se afirmar, sem precedentes na história humana. Particularmente após meados da década de 1940, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e o esforço de reconstrução de continentes inteiros envolvidos no terrível conflito, o mundo entrou em um período de intenso crescimento econômico, resultado, em grande medida, dos maciços investimentos envolvidos com o processo reconstrutivo de continentes como Europa e parte da Ásia.

Esse período de intenso crescimento econômico, notadamente entre 1946 e 1973, ficou, *a posteriori*, conhecido como era de ouro do capitalismo (Hobsbawm, 1995) e teve significativos impactos ao redor do mundo, em múltiplas áreas da atividade humana. Na economia, possivelmente nenhum setor ficou alheio às mudanças ocorridas no período.

Na agricultura, o crescimento e o desenvolvimento do setor foram marcantes. Investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D) resultaram na geração de muitas tecnologias inovadoras, as quais gradativamente foram adotadas

1. Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

mundo afora. Particularmente a partir da década de 1960, a disseminação do uso de diversas técnicas e insumos inovadores no âmbito da produção agropecuária propagou-se no sentido dos países centrais do sistema capitalista para aqueles em estágio anterior de desenvolvimento agropecuário. Esse processo de disseminação de novas tecnologias agrícolas ficou conhecido como Revolução Verde.

As mudanças no meio rural não se limitaram à adoção de novas tecnologias ao longo do século XX. Em função de diversos motivos, o período foi marcado, por exemplo, por intenso processo de êxodo rural. Inovações tecnológicas, êxodo rural e outros fenômenos, competição pela terra, concentração fundiária etc. pressionaram, e ainda pressionam, a população do meio rural.

Enquanto, no começo do século XX, a maior parte da população mundial ainda vivia no campo, no final desse século esse fato não era mais realidade em muitos países. A pressão foi significativamente intensa sobre os mais desfavorecidos no meio rural, o camponês e suas famílias, o pequeno agricultor, frequentemente desprovido de capital e equipamentos, bem como de acesso aos processos de inovação e aos canais de comercialização.

Esses agricultores camponeses mais desfavorecidos constituíam, e ainda constituem, a maior parte da população do campo em muitos países. No decorrer das transformações intensas do meio rural do século XX, representaram, em muitos países, um grande público espectador das mudanças, sem efetivamente participar do processo e, por vezes, ansiosos em preservar suas pequenas propriedades rurais, o parco sustento de suas famílias e seu modo de vida.

No geral, não foram o motor do processo de crescimento econômico da atividade agropecuária e pouco se beneficiaram com os resultados desse. Também não foram objeto da atenção dos Estados nacionais em boa parte do globo, com a possível exceção da Europa Ocidental, e durante décadas concorreram, e ainda concorrem, em condições desiguais nos mercados de insumos e produtos agrícolas com os grandes proprietários rurais e empresas do agronegócio.

Os ventos da mudança, contudo, nem sempre sopram em uma mesma direção. A realidade do pequeno agricultor, do camponês e de suas famílias despertou, primeiramente, a curiosidade de acadêmicos ávidos por compreender o fenômeno social e econômico representado por aqueles que constituem a maioria da população rural. Gradativamente, esses agricultores se organizaram coletivamente, sob modos diversos, e passaram a negociar/pleitear com o Estado pelo atendimento de demandas históricas do segmento.

Esse processo de organização político-social dos pequenos agricultores/camponeses teve início em países de economia mais avançada. Eventualmente, o processo ganhou força, e movimento, também na América Latina. O primeiro

país regional no qual se evidenciou tal processo foi o Brasil, na década de 1990. No caso brasileiro, o movimento social agregador dos pequenos agricultores, e a consequente institucionalização estatal do aparato para atender a alguns dos pleitos deles, foi pautado no conceito de agricultura familiar (AF), o qual guarda semelhanças, e algumas diferenças, com conceitos correlatos, como agricultura camponesa, agricultura de pequena escala etc.

Aos poucos, entre erros e acertos, a experiência brasileira com a AF angariou crescente apoio político e, gradativamente, consolidou-se como programa não apenas de governo, mas também de Estado. A partir dos anos 2000, por meio do esforço de organismos internacionais – por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – em inglês, Food and Agriculture Organization)² e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA),³ apenas para citar alguns –, o uso do termo *agricultura familiar* tornou-se mais corriqueiro no âmbito de debates internacionais, na América Latina e no Caribe (ALC) e alhures, e também no âmbito interno da sociedade, da política e da ação estatal de muitos desses países.

Nesse ínterim, com a influência de organismos internacionais, a experiência brasileira tangencial à AF foi disseminada em parte da ALC e, em alguns casos, serviu de inspiração para o delineamento de incipientes projetos de fomento ao segmento em alguns países. Em face da ampliação da abrangência regional do uso do conceito de AF e, eventualmente, da conquista de lócus institucional no âmbito estatal pelo segmento, bem como, finalmente, do possível desdobramento efetivo da ação do Estado de auxílio a essa população, surge a curiosidade de conhecer melhor aquilo que pode ser considerado AF na ALC.

Quais são seus representantes? O que eles produzem? O que a produção do segmento representa para a sociedade dos respectivos países? Qual o grau de legitimidade política conquistada pelo segmento nos diversos países latino-americanos e caribenhos? Existem políticas públicas de fomento à AF na região? Em quais países? Quais são as políticas? E quanto aos desafios enfrentados pelo segmento?

Enfim, as indagações sobre a AF suscitadas por aqueles que estudam o assunto e aqueles que por esse se interessam são inúmeras e não se restringem às enunciadas anteriormente. O número de estudos relacionados à AF, restrito décadas atrás, é crescente. Pode-se afirmar que, atualmente, essa área constitui um campo específico

2. A FAO é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU). É composta por 194 Estados-membros, acrescidos da União Europeia, os quais no âmbito da instituição debatem sobre, e eventualmente implementam, políticas ligadas à agricultura e à alimentação. Os projetos da instituição estão relacionados à promoção do desenvolvimento agrícola dos países-membros. Nesse sentido, a FAO auxilia-os na elaboração de estratégias para um desenvolvimento econômico, político e social sustentável, por meio de recomendações, acompanhamento e implementação de técnicas de produção e armazenagem, mediante seu programa de cooperação técnica.

3. O IICA é o organismo especializado em agricultura do sistema interamericano que apoia os esforços dos Estados-membros em sua busca pelo desenvolvimento agrícola e pelo bem-estar rural. A instituição tem crescentemente incorporado a AF na sua esfera de atuação.

de estudos inserido no âmbito de campos investigativos mais abrangentes, como os da agricultura em geral, do desenvolvimento rural etc.

A proposta de tal livro consubstancia-se no intento de contribuir com uma abrangente análise comparativa, no âmbito dos países da ALC, relativa a algumas das indagações expostas no penúltimo parágrafo antes deste. Para cumprir o objetivo central da pesquisa, a mencionada avaliação comparativa, alguns objetivos acessórios guiam os diversos capítulos da obra – os objetivos acessórios serão descritos na seção 3 desta introdução.

A instituição apoiadora do projeto de pesquisa gerador de tal publicação, o Ipea, não é neófito quando se trata de apoiar e divulgar trabalhos de pesquisa afeitos ao tema. Envolvida que é com o propósito de debater sobre os meios de promoção do desenvolvimento socioeconômico brasileiro e identificá-los, muitos estudos sobre a AF brasileira foram publicados ao longo dos anos pela instituição, especialmente desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em meados da década de 1990.

Estudos comparativos entre a realidade brasileira, de determinado tema objeto de pesquisa do Ipea, com relação a outros países também não representam novidade no âmbito do instituto. No caso da AF, o Brasil foi pioneiro na ALC na adoção governamental do conceito e na elaboração de políticas públicas para a categoria. Os agricultores familiares em toda a ALC constituem uma das categorias populacionais mais carentes e, por tal motivo, necessitadas de apoio da sociedade e do Estado em prol do seu desenvolvimento.

O primeiro passo para elaboração de mecanismos de apoio suficiente é conhecer os potenciais beneficiários aos quais as medidas se destinem. Não há dúvidas de que tal esforço de conhecimento não se restringe a publicações como esta; pelo contrário, este livro constitui apenas uma modesta contribuição. O empenho para conhecer melhor a AF, e seus representantes, nos países da ALC exige, entre outras variáveis, esforço considerável de coleta e registro de informações.

No caso da agricultura, exemplo maior desse esforço, do ponto de vista do Estado nacional, é representado pelos censos agropecuários – ou agrícolas, ou qualquer outro termo similar. Na ALC, no que tange ao esforço censitário agropecuário e, mormente, ao esforço censitário da AF, o desafio é considerável. Em algumas passagens deste livro, tal questão será abordada. Na sequência desta introdução, a próxima seção define o objeto de análise central do livro, a AF. Em seguida, a terceira seção versa sobre a metodologia do estudo e os desafios metodológicos inerentes à pesquisa. A quarta, e última, seção apresenta uma breve descrição dos demais capítulos do livro.

2 OBJETO DE ESTUDO: A AGRICULTURA FAMILIAR

A agropecuária constitui importante setor econômico da ALC. Historicamente, formou, com a atividade mineradora, o alicerce da economia do período colonial de toda a região. Frequentemente, associa-se à agropecuária a imagem de atividade desenvolvida em fazendas com vastas extensões de terra, nas quais são cultivadas diminuto número de espécies vegetais em regime de monocultura e/ou criado apenas um tipo de animal, composto de plantéis vivos consideráveis (milhares ou mais de indivíduos).

Essa imagem não é inverídica, e certamente constitui uma representação fiel dos grandes empreendimentos agropecuários, compostos, frequentemente, de fazendas muito especializadas, produtoras de *commodities* para exportação. Quantia considerável de capital é investida na forma de infraestrutura, tecnologia, insumos de produção etc.

O meio rural e o setor agropecuário a esse vinculado não são compostos, entretanto, de forma exclusiva, por grandes empreendimentos agropecuários. Na verdade, em termos de números de estabelecimentos agropecuários⁴, a ocupação do espaço no meio rural por esses é predominantemente caracterizada por pequenos estabelecimentos. A associação de atividade agrícola com o grande empreendimento agropecuário exportador é denominada por Wanderley (2014) de “amnésia social”.

As características desses pequenos estabelecimentos, regra geral, são muito distintas dos grandes empreendimentos agropecuários agroexportadores. Para citar apenas algumas diferenças, o tamanho da área do estabelecimento agropecuário pequeno é muito inferior à do grande, e até mesmo à do médio. A especialização da produção é bem menos evidente que a existente nos médios e grandes estabelecimentos. Frequentemente, a policultura manifesta-se nessas fazendas menores. O capital nessas aplicado representa apenas uma pequena fração daquele investido nas grandes fazendas.

Entre outras características, menciona-se apenas mais uma diferença fundamental observável, geralmente, entre os pequenos e os médios e grandes estabelecimentos agropecuários: a produção agropecuária realizada na propriedade do pequeno conta para sua efetivação com a mão de obra do proprietário e de membros da sua família, característica raramente observável nos médios e, principalmente, grandes empreendimentos.

4. O termo estabelecimento agropecuário é o formalmente utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para registrar informações sobre unidades de produção agropecuária, coloquialmente denominadas de fazendas. Em outros países latino-americanos e caribenhos, institutos nacionais de estatística utilizam outras terminologias, como unidades produtivas, com significado equivalente a estabelecimentos agropecuários. Essa denominação será a mais frequentemente utilizada neste livro, especialmente a partir do capítulo 2. Em alguns casos, entretanto, expressões semelhantes podem ser empregadas. Nesta publicação, distinções formais entre essas não é aplicável.

O nome histórico associado a esse tipo de produção é agricultura camponesa ou campesina. O agricultor associado a esse modelo é, historicamente, o agricultor camponês ou campesino. Em todas as regiões do mundo, desde tempos antigos, esse tipo de produção camponesa, representada pela ocupação e produção agropecuária em áreas modestas, com o emprego de mão de obra familiar, existe. Inclusive na região objeto deste livro, na ALC.

Apesar de, à época da colonização europeia da América Latina e do Caribe, as metrópoles, e sua elite, terem investido, em boa parte da região, na implantação de fazendas com áreas extensas e monocultoras, não tardou o modelo de agricultura camponesa grassar pela região. Esse modelo não se espalhou pelo território latino-americano, entretanto, com o apoio dos poderes coloniais.

Pelo contrário, no geral, tal modelo se desenvolveu à margem dos planos das metrópoles e de suas elites econômicas e políticas. Não obstante, o sistema produtivo camponês ocupou seu espaço no território. Sobre a forma que se deu essa ocupação no Brasil, Wanderley (2014, p. S027) afirma que essa ocorreu, isso também pode ser dito no caso da ALC, "nos interstícios internos e externos dos latifúndios, espaços que escapavam, de direito ou de fato, da ocupação pelos senhores da terra e que eram, sob formas distintas, usados produtivamente por pequenos agricultores camponeses".

Dessarte, à margem, o campesinato manifestou-se. A agricultura camponesa, dos excluídos, eventualmente, incluiu por toda a América Latina diferentes grupos étnicos e sociais no seu seio. Índios, europeus descapitalizados, descendentes locais empobrecidos dos colonizadores e, inclusive, negros fugitivos ou recém-libertos⁵ ofereceram indivíduos e famílias para sua realização.

Durante séculos, foi exclusivamente à margem do sistema de produção hegemônico que se desenvolveu essa agricultura camponesa. Mesmo à margem de tal sistema, a agricultura camponesa contribuiu em muitos aspectos para a sociedade e a economia de regiões e países onde essa se aprimorou.

A terminologia agricultura camponesa, durante muito tempo vigente, em determinado momento passou a competir com denominações que compartilhavam consigo conteúdo semântico similar ou, possivelmente, idêntico. Termos como pequena agricultura, agricultura de subsistência, agricultura de pequena escala e, eventualmente, AF começaram a ser propostos, definidos e utilizados; primeiramente na literatura acadêmica, posteriormente em outros meios de comunicação.

Sem adentrar em detalhes sobre as escaramuças acadêmicas relativas ao grau de compartilhamento semântico desses termos e sobre a validade de uma terminologia em detrimento de outra, opta-se por reproduzir parágrafo do prólogo do livro

5. Sobre isso, sugere-se a leitura do interessante livro *Mocambos e Quilombos: história do campesinato negro no Brasil*, de Gomes (2015).

Políticas Públicas y Agriculturas Familiares em América Latina y el Caribe (Sabourin, Samper e Sotomayor, 2014). Não obstante ser um pouco extenso, julga-se que tal parágrafo, escrito por Forero, é suficientemente elucidativo sobre o tema em questão para aqui ser reproduzido na íntegra:

Surge de inmediato la pregunta sobre si la economía campesina y la agricultura familiar son una misma cosa. Se podría contestar con toda tranquilidad que sí, pues el asunto parece muy sencillo: si estamos hablando de una categoría económica que se refiere a un sistema de producción agropecuario en el cual parte de la mano de obra utilizada la aporta la familia y que tiene una escala tal que los procesos de producción son controlados directamente por la familia misma, la amplia gama de productores familiares presentes actualmente en nuestros campos no son esencialmente diferentes a los campesinos del siglo XIX o de la primera mitad del siglo XX. Lo que sucede es que ahora el campesino actúa dentro de una economía de mercado. Anteriormente un agricultor familiar no contratava jornaleros y no accedía al crédito sino muy excepcionalmente; no compraba las semillas, ni los fertilizantes, y casi ningún plaguicida; tampoco alquilaba o compraba maquinaria, ni implementos para riego y subrayaríamos que no tenía que proveerse en el mercado, sino en muy pocas cantidades, de los bienes necesarios para su sobrevivencia, mientras que actualmente por lo menos el 70% de estos bienes deben ser necesariamente comprados por la familia. Por otra parte, quienes conforman la familia campesina o la unidad doméstica de producción y consumo realizan otras actividades económicas aparte de la agricultura y participan, cada vez más, en múltiples mercados, no sólo de productos sino también de tierra, de trabajo y de servicios (Forero, 2014, p. 13).

Dessarte, neste livro, o termo empregado é agricultura familiar, e tal é o tema central da publicação. A AF contribui, em diferentes níveis, com a produção agropecuária, a segurança alimentar e a geração de renda no meio rural nos países da América Latina. Comentários adicionais dessa importância serão realizadas ainda nesta introdução e, mormente, em capítulos variados deste livro.

A realidade desse segmento produtivo é muito diversa entre os países da região e, inclusive, nos próprios países. Inúmeros estudos, com objetivos e métodos analíticos variados, são realizados anualmente sobre a AF e suas realidades nos países latino-americanos.

Algumas instituições, como a FAO, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o IICA, entre outras, financiam, desenvolvem e publicam estudos sobre a AF, ou camponesa, ou agricultura de pequena escala, regional.

A CEPAL e o IICA, por exemplo, editaram o livro *Políticas Públicas y Agriculturas Familiares em América Latina y el Caribe: balance, desafios y perspectivas*, organizado por Sabourin, Samper e Sotomayor (2014). Nesse livro, inúmeros autores de instituições diversas teceram um panorama das “agriculturas familiares” latino-americanas e caribenhas em doze capítulos, acrescidos de uma introdução.

De considerável valor, a obra, entretanto, não aborda a AF de todos os países. Dos doze capítulos da obra – sem considerar a introdução –, onze são dedicados à análise da AF de onze diferentes países, a maioria localizados na América do Sul. Fora desse subcontinente, são incluídos apenas a Costa Rica, a Nicarágua e o México. Desse modo, a América Central e, principalmente, o Caribe são pouco, ou nada, contemplados no estudo.

Essa limitação territorial da análise se verifica no livro *Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidades, transformaciones y controversias*, organizado por Craviotti (2014). Essa relativa limitação de abrangência territorial é frequente em publicações similares sobre o tema em questão na ALC. Possivelmente, um dos motivos da não inclusão de material referente à agricultura caribenha, por exemplo, tenha sido consequência da escassez de informação sobre o assunto na literatura acadêmica e nas próprias bases de dados estatísticas dos países do Caribe.

A segunda limitação em análises sobre a AF latino-americana caribenha refere-se a aspectos legais, institucionais e políticos. O estágio de institucionalização, por assim dizer, do assunto na região é muito variado. Seja com relação à presença do tema nos debates políticos dos países, seja no que concerne à existência de legislação dedicada ao assunto, seja com relação à existência de iniciativas/políticas públicas governamentais orientadas para a AF, a diversidade regional é significativa.

A simples existência de definição de AF inserida em texto legal de um país constitui indício relevante de conquista de legitimidade política de diferenciação dos agricultores familiares em segmento social digno de eventual recebimento de atenção governamental específica. Muitos países latino-americanos e caribenhos não possuem definição legal.

3 METODOLOGIA E DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DESTES LIVROS

A partir da definição legal, o segundo passo na institucionalização da AF, no âmbito dos governos centrais das nações latino-americanas, consiste na implementação de sistemas de registro dos agricultores que atendam aos critérios legais, com o objetivo de serem definidos como familiares em dado país. Nesse aspecto, reside outra limitação de análise do tema na região. A maioria dos países não possui tal sistema de registro; frequentemente, até mesmo aqueles que possuem definições legais de AF não possuem o referido sistema.

Em caso de inexistência de registro dos agricultores familiares, um país não poderá nem coletar dados sobre os representantes desse segmento produtivo, nem elaborar e implementar políticas públicas tendo-os por destinatários. Como

consequência dessa falta de registro, os censos agropecuários⁶ latino-americanos e caribenhos não registram dados sobre os agricultores familiares. A única exceção a isso na região é o Censo Agropecuário brasileiro, do IBGE (2019).

Diferenças marcantes também existem, por último, no mais elevado nível de legitimidade conquistável pela AF como ator político, o obtido quando da elaboração e implementação de políticas públicas específicas para o segmento. Essas políticas podem ser de natureza diversa. Exemplos incluem políticas de natureza assistencialista, como políticas sociais e previdenciárias, e de fomento à produção, a exemplo de políticas de apoio financeiro e de assistência técnica e extensão rural (Ater), ambientais etc.

No sentido de elaboração e implementação de políticas direcionadas para a AF e seus representantes, os países latino-americanos encontram-se em diferentes estágios. Enquanto, no Brasil, a política de apoio aos agricultores familiares existe desde meados da década de 1990, caso do Pronaf, em outros, políticas e programas porventura criados são mais modestos em seus objetivos ou recursos aplicados – entre outras diferenças; caso de algumas iniciativas observadas em países do Cone Sul (Argentina, Uruguai etc.). Do terceiro grupo de países, não consta nenhuma iniciativa governamental específica para a AF – caso da maioria dos países da América Central e do Caribe.

Em função dessas limitações, poucos estudos realizaram avaliações mais abrangentes, abarcando a América Latina como um todo, sobre a AF, suas características, suas perspectivas e as políticas públicas de suporte ao segmento. Consequência de tudo mencionado anteriormente é que obter informações sobre o segmento familiar da agricultura na região como um todo é difícil. Os resultados obtidos de referida investigação em termos de artigos acadêmicos, estatísticas em sítios eletrônicos de governos nacionais na internet – ou, inclusive, em sítios eletrônicos de organismos internacionais – e, até mesmo, da imprensa local de cada país é muito variado e heterogêneo em termos quantitativos e qualitativos.

Até mesmo no caso da pesquisa estatística mais importante representativa da realidade da produção agropecuária de dado país, os referidos censos agropecuários, os desafios vinculados a essa publicação são evidenciáveis. Os censos agro de alguns países não foram encontrados, caso da Venezuela, por exemplo; os de outros estão, possivelmente, defasados – tal questão será mais bem abordada no capítulo 3.

Não obstante as limitações apontadas, julgou-se oportuno investigar o tema em questão. Diversas pesquisas apresentam argumentos e estatísticas que evidenciam,

6. O nome Censo Agropecuário, referente à pesquisa abrangente sobre o universo de produtores rurais de dado país e à base de dados resultante, é utilizado em alguns países da região. Outros usam termos similares, Censo Nacional Agropecuário – ou Censo Agropecuário Nacional –, Censo Agrícola etc.

demonstram a importância da AF em praticamente todos os países da região. O referido livro organizado por Sabourin, Samper e Sotomayor (2014, p. 15), o qual contou com a participação de mais de trinta especialistas sobre o assunto em sua elaboração, assim menciona, sinteticamente, a importância da AF:

Se constata que en América Latina, como en otros continentes, la forma de producción agenciada por una familia está presente y tiene todavía un papel relevante, aunque variable de un país a otro. Esta terca realidad es comprobada con los resultados de los trabajos presentados en este libro que muestran que la agricultura familiar en México, Nicaragua, Costa Rica, Cuba, Colombia, Ecuador, Perú y Uruguay tiene una participación contundente en la producción agropecuaria y más importante aun en el empleo rural. También en Chile, Argentina y Brasil, países en donde la agroindustria exportadora ha sido un sector particularmente pujante, la contribución de la agricultura familiar a la economía agroalimentaria es sustancial.

Em alguns capítulos deste livro – notadamente, o terceiro –, serão expostos argumentos e estatísticas sobre a AF regional. Após exposição da justificativa desta pesquisa, prossegue-se esta introdução com uma sucinta descrição de seus objetivos, seus métodos e seu conteúdo. Esta publicação se destina a elaborar uma análise comparativa sobre a AF na ALC. Nesse sentido, diversos objetivos acessórios orientaram a análise, conforme a seguir descrito.

- Análise da evolução histórica conceitual de AF (capítulo 1).
- Identificação dos diferentes conceitos de AF na ALC (capítulo 1).
- Caracterização (área, número de agricultores e principais produtos gerados) da AF na ALC (capítulo 2).
- Estudo do padrão tecnológico adotado pela AF na ALC (capítulo 3).
- Análise comparativa dos mecanismos de financiamento (crédito rural) da AF na ALC (capítulo 4).
- Estudo comparativo do serviço de Ater prestado para a AF na ALC (capítulo 5).
- Análise sobre os principais desafios relacionados à água e às mudanças climáticas para a AF na ALC (capítulo 6).
- Estudo de perspectivas para a categoria na ALC e sua relação com a segurança alimentar na região (capítulo 7).

A metodologia da pesquisa inclui componentes diversos. Alguns aspectos básicos dessa, a serem empregados em todas as etapas da análise, incluem os pontos descritos adiante.

- 1) Revisão bibliográfica: literatura acadêmica; legislação; políticas públicas para o setor; bases de dados estatísticas oficiais (IBGE e congêneres latino-americanos); documentos produzidos por empresas públicas de pesquisa agropecuárias (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e congêneres latino-americanos); documentos de organismos internacionais relevantes quanto ao tema (IICA e FAO).
- 2) Metodologia de análise de dados coletados: estatística descritiva básica, análise espacializada, por meio de sistema de informações geográficas (SIG) e outros.

Como meio de divulgar a pesquisa, pretende-se, ao final, dispor de um livro que agregue, nos seus diversos capítulos, os diversos componentes do estudo. Com o intuito de organizar a exposição concatenada do conteúdo, o manuscrito foi dividido em sete capítulos. Esta introdução se destina à contextualização do objeto de estudo, à apresentação dos objetivos principais e específicos do trabalho e dos capítulos do livro, bem como à apresentação das fontes de informação utilizadas.

4 BREVE RESUMO DOS CAPÍTULOS 1 A 7

O capítulo primeiro aborda o conceito de AF desde sua origem, com especial ênfase no desenvolvimento do conceito na América Latina e no Caribe. Entre outros aspectos, o capítulo terá como objetivos, além de outros, a diferenciação entre o conceito teórico-acadêmico de AF (FAO, 2011; Garner e Campos, 2014; Salcedo, Campos e Guzmán, 2014) e o conceito operacional-normativo, requerido para implementar políticas públicas nacionais destinadas para essa categoria de produtor agropecuário. A multiplicidade de definições operacionais-normativas nos países latino-americanos e caribenhos é abordada.

O capítulo segundo comporá, juntamente com o anterior, um painel de introdução ao tema, inclusive com as nuances regionais dos debates e da realidade da AF. Constitui um capítulo de elaboração relativamente difícil por dois motivos. Dependência de fontes de dados confiáveis e minimamente atuais (não mais do que vinte anos) da AF senão de todos os países da região, pelo menos da maioria. Entre aspectos abordados na caracterização, incluem-se a contribuição da produção da AF para o total da produção agropecuária em cada país, bem como número de agricultores familiares, área cultivada por eles, culturas e criações etc.

Um tema importante da pesquisa consiste na questão do padrão tecnológico da AF regional. A partir da suposição de que esse padrão apresente significativas variações por toda a região, inclusive no interior dos países, investigar tais padrões constitui componente-chave do estudo. A tecnologia utilizada na produção agropecuária tem se desenvolvido rapidamente ao longo das últimas décadas. Novas tecnologias constantemente surgem e contribuem para o aumen-

to da produção/productividade por área de inúmeras lavouras e criações animais. O ritmo de adoção dessas novas tecnologias é diferente entre a agricultura não familiar e a familiar. Investigar o nível tecnológico da AF nos países latino-americanos e, caso os dados e as informações coletadas o permitam, o desnível tecnológico existente entre a AF e a não familiar. Tal é o assunto do capítulo terceiro.

No capítulo quarto, a relação entre AF e crédito agrícola/rural consiste no foco; a forma de financiamento da AF na América Latina e no Caribe. Quais são os mecanismos de crédito rural existentes na região? Crédito público? Crédito privado? Empresas integradoras? Empresas de fornecimento de insumos? *Tradings*? No caso do crédito público, o Pronaf (Brasil, 1996) é emblemático, e, em muitos aspectos, serve de modelo para outras experiências regionais.

Conjuntamente, o crédito agrícola e a Ater contribuem para o processo de difusão e adoção de inovações tecnológicas por parte dos agricultores familiares. A adoção de novas tecnologias tende a ser dependente da capacidade do agricultor familiar de adquirir e empregar novas tecnologias de produção. O apoio para a adoção de novas tecnologias e técnicas, a Ater constitui um importante elemento de suporte à adoção de novas tecnologias e auxilia os produtores na instalação, manutenção, implantação etc. dessas. Como é ofertado tal serviço para os agricultores familiares da América Latina? Esse é o cerne do quinto capítulo. O sexto, e, penúltimo, capítulo é destinado a discutir, de modo holístico, sobre os desafios da AF regional relacionados à água e às mudanças climáticas. Quais são esses desafios no presente? E em um futuro próximo?

Por último, o capítulo final recapitula alguns dos temas abordados nos capítulos 1 a 6 e explora alguns temas adicionais. Por exemplo, aborda sucintamente a questão da relação da AF com o Estado na ALC; dedica uma seção para tecer rápidos comentários sobre alguns desafios para o fortalecimento da AF na região pouco abordados ao longo do livro; relaciona a AF com a questão da segurança alimentar na região etc.

Em suma, tais são as intenções manifestas com relação à pesquisa. Devido à extensão e complexidade do tema, não se pretende abordar o tema sob todos os prismas possíveis. Em função de certas limitações – por exemplo, disponibilidade de dados –, houve necessidade de fazer escolhas sobre os tópicos relativos à AF a serem contemplados no livro. Em função disso, alguns tópicos foram preteridos. Entre tais tópicos, incluem-se questões que vinculam a AF à pesquisa agropecuária, aos movimentos sociais, à sustentabilidade ambiental, a questões de gênero etc.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º jul. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 21 set. 2022.
- CRAVIOTTI, C. (Org.). **Agricultura familiar en Latinoamérica: continuidades, transformaciones y controversias**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2014.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA; INICIATIVA AMÉRICA LATINA Y CARIBE SIN HAMBRE. Agricultura familiar: evolución conceptual, desafíos y institucionalidad en América Latina y el Caribe. *In: FORO DEL FRENTE PARLAMENTARIO CONTRA EL HAMBRE*, 2., 2011, Bogotá. **Anais...** Santiago: Frente Parlamentario Contra el Hambre de América Latina y el Caribe, 2011.
- FORERO, J. Prólogo. *In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O.* (Coord.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. Santiago: Cepal, out. 2014, p. 13-16.
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- GARNER, E.; CAMPOS, A. P. O. **Identifying the “family farm”**: an informal discussion of the concepts and definitions. Rome: FAO, dez. 2014. (ESA Working Paper, n. 14-10).
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632 p.
- SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Coord.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. SantiagoOk.o: Cepal, out. 2014.
- SALCEDO, S.; DE LA O, A. P.; GUZMÁN, L. El concepto de agricultura familiar em América Latina y el Caribe. *In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L.* (Ed.). **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago: FAO, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3788s/i3788s.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.
- WANDERLEY, M. N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 52, p. S25-S44, 2014. Suplemento 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRISA, C.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar**: de los conceptos a las políticas públicas en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: FAO, 2019. 19 p. (2030: Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n. 15).

MALETTA, H. **Tendencias y perspectivas de la agricultura familiar en América Latina**. Santiago: Rimisp, maio 2011. (Documento de Trabajo, n. 1).